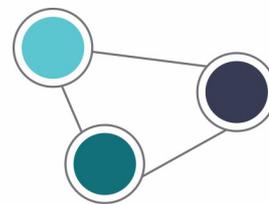


GOIÂNIA  
2018



## Trabalho Articulado em Rede

# ORIENTAÇÕES PARA (RE) ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA RME DE GOIÂNIA

Superintendência  
Pedagógica  
e de Esportes

Diretoria  
Pedagógica



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Educação e Esporte

**Iris Rezende Machado**  
Prefeito de Goiânia

**Marcelo Ferreira da Costa**  
Secretário Municipal de Educação

**Ampara Ferreira de Barros**  
Superintendente Pedagógica e de Esportes

**Manoel do Bonfim Rodrigues de Souza**  
Diretor Pedagógico

**Eneida Amorim dos Anjos Alves de Melo**  
Gerência de Educação Infantil

**Alcione Francinete de Carvalho Camargo**  
Gerência de Educação Fundamental da Infância e Adolescência

Gerência de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos

**Luciana Ferreira Machado**  
Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania

**Wilma Luiza Pinto**  
Gerência de Formação dos Profissionais da Educação

**Maria da Luz dos Santos Ramos**  
Gerência de Projetos Educacionais

**Hudson Duarte Martins**  
Coordenadoria Regional de Educação Brasil Di Ramos Caiado

**Lidiane Braga de Almeida**  
Coordenadoria Regional de Educação Central

**Palmira Misma Pires Tormin**  
Coordenadoria Regional de Educação Jarbas Jayme

**Giselle Pereira Campos Faria**  
Coordenadoria Regional de Educação Maria Helena Batista Bretas

**Fabiana Lopes de Almeida Carvalho**  
Coordenadoria Regional de Educação Maria Thomé Neto

## APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento de construção coletiva, elaborado com a participação dos profissionais da instituição educacional<sup>1</sup>, dos educandos<sup>2</sup>, suas famílias e/ou responsáveis, que considera as características da comunidade local num determinado contexto histórico, tendo por propósito nortear o trabalho pedagógico da instituição.

A construção desse instrumento trata-se de *uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente* (VEIGA, 2002, p. 13), sendo este um documento político porque necessita de um posicionamento acerca de uma concepção de sociedade, de sujeito e de educação, e é também um documento pedagógico porque pressupõe a possibilidade de efetivação da intencionalidade do trabalho coletivo da instituição, definindo os fins almejados e as ações educativas que serão realizadas com objetivo de possibilitar a formação e o desenvolvimento humano.

O PPP deve ser subsidiado pelos documentos legais<sup>3</sup> e norteado pelas Propostas Político-Pedagógicas: *Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia; Educação Fundamental da Infância e da Adolescência; Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos* (versão preliminar), assegurando uma educação de qualidade social para todos os educandos de cada etapa e modalidade, uma vez que as propostas são pautadas na inclusão, diversidade e cidadania.

Nesse sentido, Veiga (2002) afirma que na (re) elaboração do PPP o coletivo deve considerar, dentre outros, os princípios de igualdade, qualidade e liberdade por serem fundamentais para efetivação do processo de inclusão social.

A instituição educacional é um espaço composto por diferentes sujeitos com formações, concepções, valores e vivências variadas, que se manifestam no cotidiano complexo e multifacetado da instituição, em práticas, às vezes, contraditórias, o que exige, portanto, da instituição, fundamentada no trabalho coletivo e na gestão democrática, flexibilidade, dinamismo e debates contínuos sobre o desenvolvimento da ação pedagógica.

Nessa perspectiva, a Avaliação Institucional<sup>4</sup> é compreendida como uma prática de análise e reflexão do trabalho que as instituições realizam, considerando tanto os fatores internos quanto os externos, que influenciam o seu desenvolvimento, a fim de desvelar a realidade. É um importante

<sup>1</sup> A nomenclatura *instituição educacional* se refere às Escolas Municipais, aos Centros Municipais de Educação Infantil e às Instituições Conveniadas.

<sup>2</sup> O termo educando será utilizado para denominar os diferentes sujeitos, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que frequentam as instituições educacionais da RME de Goiânia.

<sup>3</sup> Consultar as Referências.

<sup>4</sup> O processo de Avaliação Institucional ocorre de forma sistemática nos CMEI e nos CEI de Convênio Total desde 2009. Algumas escolas realizam esse processo por meio da elaboração de instrumentos próprios e outras identificam os aspectos que necessitam de maior intervenção a partir de diferentes registros, reuniões e avaliações. A SME, na gestão 2017-2020, realizará a construção dos indicadores de qualidade para implantação da Avaliação Institucional na escola, contemplando as duas etapas da educação básica e a modalidade EAJA.

instrumento nesse processo de (re) elaboração do PPP, ao indicar as principais problemáticas vivenciadas pelo coletivo.

As problemáticas e/ou necessidades apontadas nas Avaliações (Institucional e/ou outras) realizadas pela instituição devem se constituir em pontos de atenção por parte da comunidade educacional. Para tanto, um dos itens que compõe o PPP é o Plano de Ação (estrutura anexa). Este se constitui num planejamento de intervenção pedagógica pontual na realidade, cabendo à instituição definir as prioridades para elaborar ações a serem desenvolvidas em vistas à vigência do PPP.

Outro item que compõe o PPP é a proposta de Formação Continuada *in loco* que se constituirá na perspectiva da Formação em Contexto e sua materialização se dará por meio do Plano de Formação<sup>5</sup>.

Essa formação deve problematizar as temáticas que permeiam o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição, possibilitando a participação dos diferentes sujeitos que constituem o ambiente de trabalho, por meio da criação de dispositivos e estratégias formativas próprias do grupo, em um processo autoformativo que envolve estudo, pesquisa, reflexão, registros, sistematização e socialização. Tem o objetivo de mobilizar os profissionais a refletirem e compreenderem suas concepções e práticas que se aproximam ou se distanciam das Propostas Político-Pedagógicas da RME e do próprio PPP da instituição. Objetiva, também, melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido na instituição, particularmente, no que compete aos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.

Assim, o processo de construção, implementação e avaliação do PPP pressupõem um movimento permanente da comunidade educacional, no sentido de ressignificá-lo e revisitá-lo, estabelecendo uma direção para as práticas pedagógicas, cuja centralidade está no processo de ensino e aprendizagem do educando.

É imprescindível a realização de avaliações constantes do PPP com a participação da comunidade educacional e previsão no calendário letivo da instituição para verificar o que de fato foi alcançado e o que ainda falta a ser atingido, o que exige dos sujeitos envolvidos, vivências de gestão democrática, compromisso ético e político, trabalho coletivo, numa perspectiva de corresponsabilidade.

Ficará a cargo de cada instituição e do Apoio Técnico-Professor das Coordenadorias Regionais de Educação definir de que forma ocorrerá a avaliação do PPP, considerando como prioridade os itens: objetivos do PPP, Projetos da Instituição e da SME, desenvolvimento do Plano de Ação, Plano de Formação e/ou ações formativas realizadas na instituição e processo de realização da Avaliação Institucional.

---

<sup>5</sup> A Formação Continuada, na perspectiva da Formação em Contexto, já ocorre nos CMEI e nos CEI de Convênio Total por se configurar em política explicitada na PPP da Educação Infantil. A SME, na gestão 2017-2020, fará orientações específicas para o desenvolvimento da Formação em Contexto nas escolas, por meio do Plano de Formação (em construção).



A instituição educacional tem autonomia para definir a estrutura do PPP, desde que contemple os eixos e seus itens, abaixo relacionados, condizentes com as Resoluções do Conselho Municipal de Educação nº 116 de 16 de Setembro de 2013 e nº 120 de 07 de Dezembro de 2016.

## ITENS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

<b>EIXO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b>	
<b>Itens</b>	<b>O que deve conter</b>
1.1. Histórico da instituição e do PPP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do histórico da instituição: data e contexto da fundação, origem do nome, modificações que ocorreram ao longo do tempo e a importância para a comunidade educacional.</li> <li>- Avaliação do PPP em relação a sua efetivação nos anos anteriores, apontando ações e Projetos da Instituição realizados, objetivos e avanços alcançados.</li> <li>- Exposição da problemática atual da instituição indicada na Avaliação Institucional ou em outros registros da instituição.</li> </ul>
1.2. Aspectos culturais, sociais, econômicos, ambientais e geográficos da instituição e da comunidade educacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contextualização da instituição, considerando esses aspectos no bairro, na cidade, os espaços e equipamentos de lazer e cultura.</li> <li>- Descrição e análise do perfil dos educandos e das famílias.</li> </ul>
1.3. Função sócio-política e pedagógica da instituição e objetivos do PPP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicação das funções da instituição de acordo com os documentos legais e com as Propostas Político-Pedagógicas da RME para as etapas e a modalidade.</li> <li>- Exposição dos objetivos para o período de vigência do PPP, articulados com a problemática apresentada no item 1.1.</li> </ul>
1.4. Organização e Funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Descrição do funcionamento da instituição quanto ao período de atendimento (parcial ou integral), quanto às etapas (educação infantil e educação fundamental) e a modalidade (EAJA) e quanto aos convênios (parcial ou total).</li> <li>- Composição e quantidade de turmas.</li> <li>- Apresentação de horários institucionais, considerando os Programas que fazem parte da organização das instituições educacionais.</li> <li>- Realização do Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recurso Multifuncional.</li> </ul>
1.5. Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Caracterização geral dos profissionais da instituição: recém-concursados, veteranos e experiência profissional.</li> <li>- Explicitação da composição do grupo diretivo: diretor, professor coordenador, coordenador de turno, secretário ou auxiliar de secretaria.</li> <li>- Apresentação do quadro de profissionais da educação e servidores administrativos (anexo), com os seguintes itens – nome, cargo, função, formação, vínculo, turno.</li> </ul>



1.6. Recursos financeiros	- Explicitação das verbas e fontes de financiamento das ações educativas e pedagógicas, bem como das possibilidades e formas de aplicação, conforme as necessidades da instituição, com previsão de acompanhamento e prestação de conta para a comunidade educacional pelo Conselho Escolar/Gestor. - Organização da instituição em relação a doações e ações previstas para arrecadar dinheiro de acordo com Estatuto que regulamenta os Conselhos Escolares/Gestores.
1.7. Condições físicas e materiais	- Caracterização dos espaços da instituição e de sua proximidade, que são utilizados, bem como mobiliários e equipamentos.
<b>EIXO 2 – PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES</b>	
2.1. Sociedade e Educação	- Exposição dos conceitos e dos princípios da Educação Básica, tendo o educar e o cuidar como práticas indissociáveis para as etapas e a modalidade.
2.2. Sujeitos	- Caracterização (conhecer e reconhecer) dos educandos, considerando a diversidade e seus tempos da vida: infância, adolescência, adultice e velhice, tendo-os como centro do planejamento curricular.
2.3. Aprendizagem e desenvolvimento	- Apresentação dos modos de aprender dos sujeitos nas etapas e na modalidade, de acordo com a base epistemológica da RME – Teoria Histórico-Cultural.
<b>EIXO 3 – CURRÍCULO</b>	
3.1. Currículo e organização curricular	- Exposição do conceito de currículo e das formas de organização nas etapas e na modalidade, em consonância com as Propostas Político-Pedagógicas da RME. - Apresentação dos temas que integram o currículo, conforme as Legislações Nacionais e Municipais.
<b>EIXO 4 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DA AÇÃO EDUCATIVA E PEDAGÓGICA</b>	
4.1. Gestão democrática	- Apresentação do conceito e das estratégias de participação da comunidade educacional: profissionais, educandos e família nas tomadas de decisão das diferentes ações que envolvem a instituição, bem como nos encaminhamentos. - Organização da instituição para viabilizar o trabalho coletivo. - Descrição da composição do Conselho Escolar/Gestor e sua atuação na definição de prioridades de investimentos para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, com indicação de cronograma de trabalho.
4.2. Planejamento da organização do trabalho	- Exposição do conceito de trabalho pedagógico e ação educativa e pedagógica (processos de ensino e aprendizagem) de acordo com as



pedagógico e das ações educativas e pedagógicas	<p>etapas e a modalidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação da organização da instituição referente aos planejamentos coletivos mensais e semanais.</li> <li>- Explicitação de como a instituição organiza os tempos, os espaços e os materiais para a efetivação da organização do trabalho pedagógico e da ação educativa e pedagógica nos agrupamentos.</li> <li>- Definição das estratégias de articulação entre Educação Infantil, Educação Fundamental organizada em Ciclos e a EAJA.</li> <li>- Apresentação do Plano de Ação.</li> <li>- Exposição dos Projetos da Instituição e da SME, desenvolvidos pelas instituições educacionais.</li> </ul>
4.3. Formação continuada	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição do conceito e das formas de organização da instituição para a garantia da formação em Rede e em Contexto.</li> <li>- Apresentação do Plano de Formação de acordo com a necessidade de estudo do coletivo, bem como do que foi apontado na Avaliação Institucional e/ou outras avaliações.</li> </ul>
<b>EIXO 5 – PROCESSOS AVALIATIVOS</b>	
5.1. Avaliação dos processos de ensino, aprendizagem e desenvolvimento dos educandos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição do conceito e dos diferentes procedimentos, dos instrumentos e registros avaliativos internos e externos, aplicados e utilizados na e pela instituição.</li> <li>- Explicitação da articulação das avaliações internas e externas a fim de repensar e reorganizar as ações de intervenção pedagógica.</li> </ul>
5.2. Avaliação do PPP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação de procedimentos e instrumentos para avaliação do PPP vigente, observando com prioridade os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none"> <li>• objetivos do PPP;</li> <li>• Projetos da Instituição e da SME;</li> <li>• desenvolvimento do Plano de Ação, Plano de Formação;</li> <li>• processo de realização da Avaliação Institucional.</li> </ul> </li> </ul>
5.3. Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição do conceito e das formas de realização da Avaliação Institucional com a participação da comunidade educacional, de acordo com a previsão no calendário letivo da instituição.</li> </ul>
<b>EIXO 6 – ANEXOS</b>	
6.1. Calendário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do calendário da RME e explicitação das ações específicas da instituição previstas para o ano: reuniões, eventos culturais e/ou festivos, planejamentos e outras.</li> </ul>
6.2. Alterações no Plano de Ação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Exposição das alterações no Plano de Ação.</li> </ul>
6.3. Plano de Formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicitação das alterações do Plano de Formação.</li> </ul>
6.4. Projetos da Instituição e da SME	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Explicitação das alterações dos Projetos.</li> </ul>



6.5. Quadro funcional	- Apresentação das alterações dos profissionais.
-----------------------	--

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: *Diário Oficial da União*, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Secretaria de Educação Especial – MEC, SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: *Diário Oficial da União*, 2009b.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: *Diário Oficial da União*, 2010.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 9, de 12 de dezembro de 2010. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: *Diário Oficial da União*, 2010.

DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles; FARIA, Vitória Líbia Barreto de. *Percursos: currículo na Educação Infantil* – diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. São Paulo: Scipione, 2007.

GOIÂNIA. Conselho Municipal de Educação. Resolução CME nº 116 de 16 de setembro de 2013. Goiânia: *Diário Oficial do Município*, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. *Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia*. Goiânia: SME, DEPE, DEI, 2014.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal de Educação. Resolução CME nº 120 de 07 de dezembro de 2016. Goiânia: *Diário Oficial do Município*, 2016.

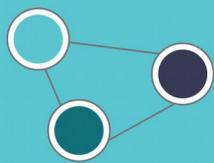
\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Político-Pedagógica para a Educação Fundamental da Infância e da Adolescência*. Goiânia: SME, DIRPED, GEREFU, 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. *Proposta Político-Pedagógica para a Educação de Adolescentes Jovens e Adultos*, 2016. (versão preliminar)

VASCONCELOS, C. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico* – elementos metodológicos para a elaboração e realização. 17ªed. São Paulo: Libertad, 2007.

VEIGA, I.P.A. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 14ª ed. Campinas: Papirus, 2012.





## Trabalho Articulado em Rede



**PREFEITURA  
DE GOIÂNIA**

Educação e Esporte